

ESPECIAL SEGURANÇA

ONDA DE VIOLÊNCIA

Promotores vão investigar os crimes ocorridos na greve da PM

Força-tarefa conta com promotores que acompanham as investigações

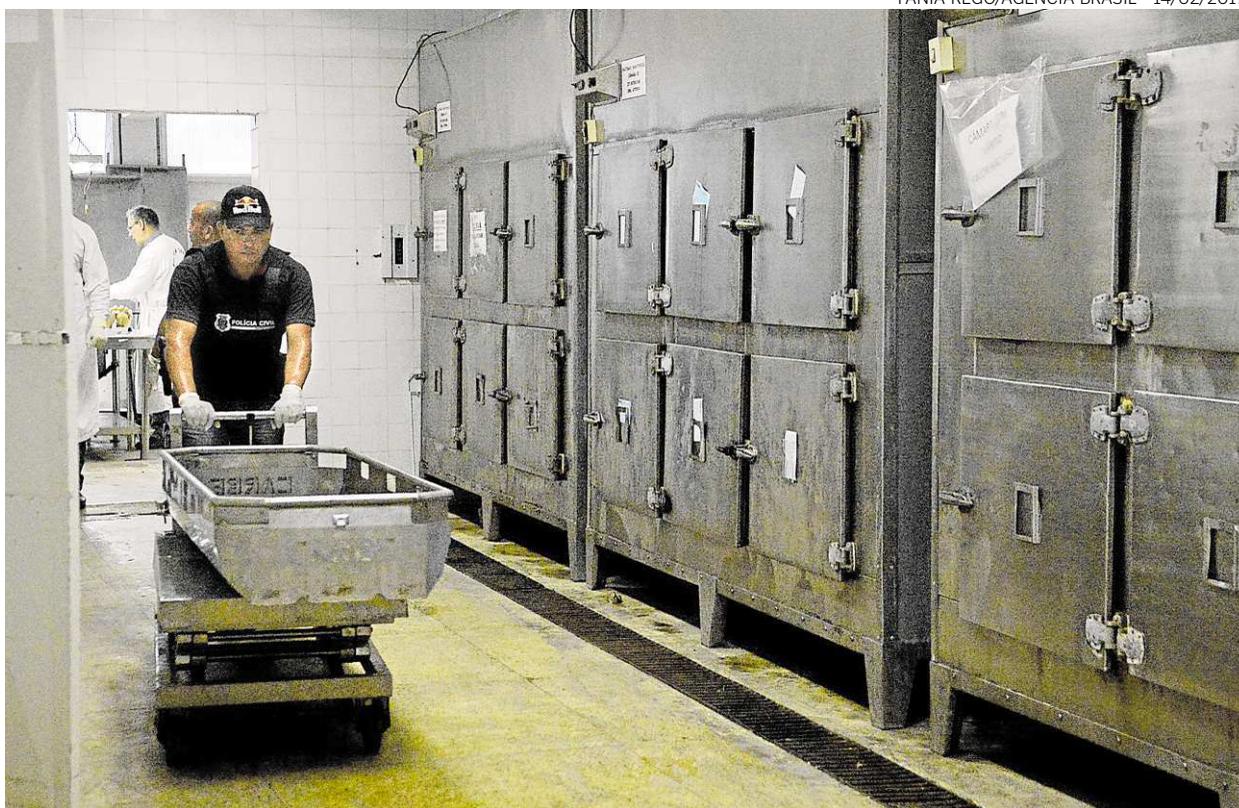
▀ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Um grande levantamento de todos os tipos de crimes praticados durante a greve dos policiais militares começará a ser feito pela força-tarefa criada pelo Ministério Público Estadual (MPE). O objetivo é garantir que os fatos sejam investigados, principalmente aqueles relacionados aos assassinatos. “Nada será esquecido”, garantiu o promotor Pedro Ivo de Souza, que coordena os trabalhos.

A greve dos policiais militares durou 22 dias. Durante o período, os acessos do quartel, batalhões e unidades da PM foram bloqueados, impedindo a saída das viaturas. Sem policiamento nas ruas, as cidades capixabas viveram o caos, com o registro de diversos tipos de crimes. Só assassinatos foram totalizados 200 casos. Há suspeitas até do envolvimento de policiais em milícias, que seriam responsáveis por algumas destas mortes.

INVESTIGAÇÃO

São casos como estes que serão investigados pela força-tarefa, cujo trabalho inicial será desenvolvi-



TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL - 14/02/2017

O DML de Vitória ficou lotado de corpos, durante a onda de assassinatos nos 22 dias que durou a greve

que foram fatos muito graves”, relatou o promotor.

O coordenador da força-tarefa fez questão ainda de assinalar que todos os casos serão alvos de investigação e que os trabalhos serão acompanhados pelo MPE. “Sem investigação nenhum caso ficará, principalmente os de homicídio”, acrescentou.

Ele pontua ainda que há situações que a investigação será necessária até para identificar as vítimas. “Há corpos que chegaram destroçados, que foram desovados. Há casos em que ainda não foi possível identificar a vítima”, diz.

Cerca de 100 promotores participam da força-tarefa. Dez deles atuam na equipe de coordenação dos trabalhos, liderados por Pedro Ivo. Uma segunda reunião com o grupo está prevista para a próxima sexta-feira.

Fazem parte da equipe, segundo portaria publicada no Diário Oficial de ontem, promotores que atuam nas seguintes áreas: penal, comum e militar, controle externo da atividade policial, os que atuam em investigação criminal, os que já acompanham inquéritos policiais cujos objetos sejam delitos ocorridos durante a greve da PM, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

EQUIPE

100

promotores

É o total de integrantes da força-tarefa do Ministério Público Estadual.

o período da greve as ocorrências foram registradas onde era possível. “Uma delegacia da mulher, por exemplo, passou a registrar outros tipos de ocorrência, em função da gravidade da crise. Será preciso agora fazer um apanhado geral destes crimes e tudo terá que ser organizado e gerenciado”, relatou.

Pedro Ivo acrescenta que os promotores têm condições ainda de obter informações também jun-

to a outras fontes para complementar os dados da polícia.

O objetivo é identificar o que aconteceu em cada cidade capixaba, sejam assassinatos, roubos, furtos, ameaças, danos ao patrimônio, queimas de ônibus, dentre outros. Ao final será feito um relatório que será apresentado à sociedade. “Queremos atuar com transparência, mostrando com clareza para a sociedade tudo o que ocorreu neste período,

AÇÃO

“Nenhum caso ficará sem investigação, principalmente as situações que envolvem grave violência, como os assassinatos”

PEDRO IVO DE SOUZA
PROMOTOR, COORDENADOR DA FORÇA-TAREFA

COMO FOI O AVANÇO DAS MORTES

200
É o total de homicídios registrados do dia 4 até 24 de fevereiro de 2017



Fonte: Sindipol

ESPECIAL SEGURANÇA

RESULTADO DA GREVE

Polícia inicia processo para demitir dois tenentes-coronéis

Militares são acusados de apoio a movimento grevista e aliciamento de outros PMs

▄ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A Polícia Militar deu início ao processo para a demissão de dois tenentes-coronéis. Um deles é Carlos Alberto Foresti, que está detido no presídio da corporação. O outro é Alexandre Quintino Moreira, chefe do Comando de Polícia Ostensiva da Região Sul (CPO SUL).

O chamado Conselho de Justificação, a mais elevada instância de punição administrativa para os oficiais, foi publicado na edição do Diário Oficial de ontem. O decreto, para cada um dos militares, foi assinado pelo governador Paulo Hartung.

No documento ele indica seis coronéis, três para cada caso, que serão responsáveis pela condução das investigações, com prazo de 30 dias para serem concluídas, incluindo a remessa do relatório para o próprio governador.

Foresti é um dos quatro militares que tiveram a prisão decretada. Capitão Assunção, Sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, soldado Maxson Luiz da Conceição e Foresti são acusados de incitar o movimento grevista e de



Carlos Alberto Foresti está detido no presídio da corporação

ARQUIVO



IMAGEM/TV GAZETA

O tenente-coronel Quintino saiu em defesa do movimento grevista

aliciamento de outros policiais, com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Já o tenente-coronel Quintino saiu em defesa do movimento grevista dos militares. Em entrevista ao ES TV 1ª Edição Sul, emissora da TV Gazeta, o oficial legitimou o movi-

mento, acrescentando que muitos policiais estão passando por necessidades básicas, devido à defasagem do salário.

Os dois militares respondem ainda a inquéritos policiais militares (IPMs). Seus nomes foram os primeiros a serem divulgados pelo governo.

São processos que tramitam na área criminal, com acusações de crimes militares, como motim ou revolta, que podem resultar em penas que podem chegar a 20 anos.

DEFESA

A advogada Karina Nunes, que faz parte da equi-

pe de defesa do tenente-coronel Foresti, informou ontem que vão ser adotados todos os recursos possíveis para provar a sua inocência.

Destaca que o militar está de atestado médico. “O atestado tem validade de 30 dias e ele ainda está no curso do tratamento.

Suas atitudes são efeito dos remédios que está tomando. É um desrespeito com um militar com 24 anos de serviços e vários elogios em sua ficha funcional”, assinala.

Nossa reportagem não conseguiu identificar quem faz a defesa do tenente-coronel Quintino.

PMs apresentam mais de mil atestados em uma semana

▄ Mais de mil policiais militares lotados na Grande Vitória não trabalharam durante toda a semana passada porque apresentaram atestados médicos. O grande número de afastamento por problemas de saúde fez com que a equipe de inteligência da Polícia Militar iniciasse uma investigação para saber se um médico emitiu vários atestados para os militares. As informações foram passadas pelo comandante geral da PM, coronel Nylton Rodrigues.

“Na semana passada tivemos só na Grande Vitória mais de mil dispensas

AFASTAMENTOS

10 dias

Esse era o período de dispensa na maioria dos atestados médicos.

médicas. Nossa diretoria de inteligência, inclusive, está apurando se houve e se existe algum profissional da saúde que efetuou essas dispensas médicas em grande quantidade.”

Segundo o coronel, a justificativa para o afastamento em mais de 99%

dos casos foi problema psicológico. Ele não informou se os atestados que estão sendo investigados foram emitidos no Hospital da Polícia Militar (HPM) ou em consultórios particulares.

O coronel destacou que a maioria dos atestados era de até 10 dias, por isso, esse militares já retornaram ao trabalho nesta semana. Caso fique comprovado que algum médico forneceu atestado médico para vários militares de uma só vez, uma denúncia será feita no Conselho Regional de Medicina (CRM). (Patrícia Scalzer)



ARQUIVO

O Hospital da PM pode ter sido um dos locais onde foram emitidos atestados